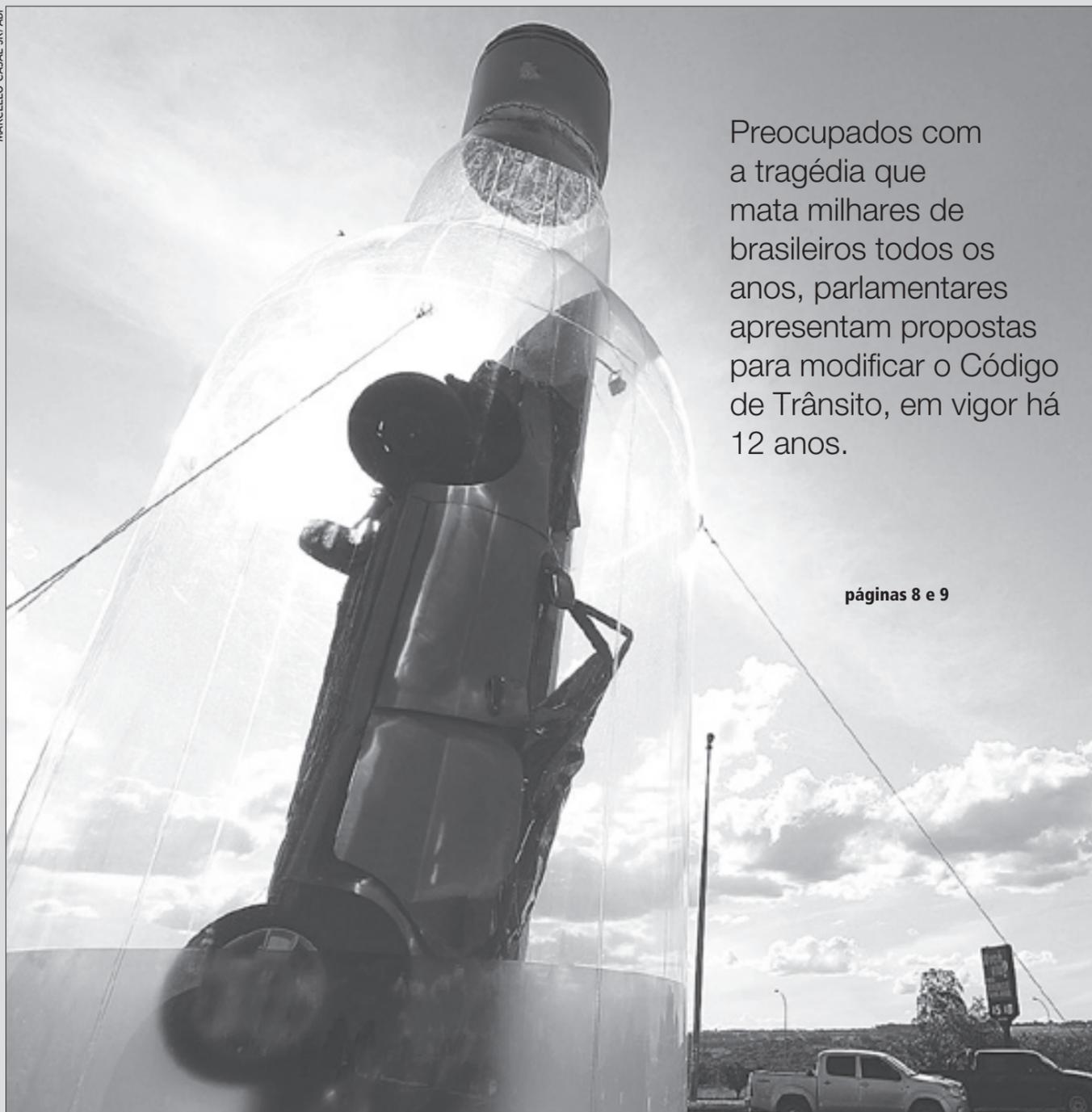


Mais de 450 projetos buscam paz no trânsito

MARCELLO CASAL JR/ABR



Preocupados com a tragédia que mata milhares de brasileiros todos os anos, parlamentares apresentam propostas para modificar o Código de Trânsito, em vigor há 12 anos.

páginas 8 e 9

Campanha em Brasília marcou o primeiro ano da Lei Seca, que reduziu número de mortes em acidentes de trânsito em 22,5% em todo o país

Doações para financiar universidades

Sob dependência integral dos repasses de recursos do governo, as universidades públicas poderão contar com nova fonte de financiamento. Foi aprovado pela Comissão de Educação da Câmara e poderá chegar ao Senado no próximo ano projeto que incentiva doações com dedução do IR devido de pessoas físicas e jurídicas.

páginas 6 e 7

biblioteca

O acervo do Senado na rede digital

página 13

NOTA AO LEITOR

Parte da tiragem desta e das próximas edições do **Jornal do Senado** circulará em papel comum, e não em reciclado. A licitação para a compra do papel já foi iniciada. Até o final do ano, a edição semanal do jornal deve voltar a ser impressa em papel reciclado.

e mais...

agora é lei	3
projetos aprovados	10
ambiente legal	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Todos têm direito ao silêncio

Leis federais, estaduais e municipais protegem o cidadão da poluição sonora. Quem se sentir prejudicado pode recorrer à polícia, à administração local ou ao Ministério Público.

página 16

Comissão decide sobre Venezuela no Mercosul

GERALDO MAGELA



O relator Tasso Jereissati apresentou ressalvas quanto ao respeito aos princípios democráticos por parte do governo venezuelano

Está marcada para esta quinta-feira a votação na Comissão de Relações Exteriores da adesão do país vizinho ao bloco econômico. Na terça, a CRE recebe o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, opositor do presidente Hugo Chávez, mas favorável ao ingresso no Mercosul.

página 5



agenda

Garantia-Safra poderá ser estendido à Amazônia

Agricultores familiares da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que perderem suas lavouras devido a secas ou excesso de chuvas poderão passar a receber o benefício do programa Garantia-Safra. Os recursos já são assegurados aos pequenos produtores residentes em localidades abrangidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e também a municípios menos desenvolvidos do Espírito Santo. A proposta de ampliação do programa deverá ser votada nesta terça-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O projeto (PLS 324/09) foi apresentado pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM), para quem a iniciativa faz justiça ao pequeno produtor familiar da Amazônia. Ele argumenta que os estados da região Norte têm Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) semelhante aos verificados em diversos estados da região Nordeste já beneficiados pelo Garantia-Safra.

O senador propõe a ampliação dos produtos a serem cobertos com o benefício, com a inclusão de banana, hortaliças, juta e malva. A lista atual compõe-se de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. Segundo Jefferson Praia, o Amazonas é o maior produtor de fibra de juta e malva do país, razão pela qual a alteração da legislação vai favorecer muitos pequenos produtores rurais que têm na produção dessa cultura o sustento de suas famílias. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), é favorável ao projeto.

O Garantia-Safra é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os recursos para o pagamento aos agricultores são constituídos por contribuições dos próprios produtores rurais, por meio da taxa de adesão, e por aportes feitos pelos municípios, estados e pela União. O benefício é de R\$ 600, paga em até quatro parcelas.



Crianças no Plenário em 2008: série de eventos na Casa para sensibilizar poder público e sociedade

Senado promove semana da infância e cultura da paz

Debates em comissões e cursos destacam a importância do brincar na formação do caráter e na prevenção da violência

Com o tema “O brincar na construção da paz”, o Senado realiza de 27 a 30 de outubro a 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. As atividades – debates, cursos e exposições – têm como objetivo sensibilizar o poder público e a sociedade para a importância da prevenção da violência e do cuidado nos primeiros anos de vida, período decisivo para a formação do indivíduo.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 14 milhões de crianças brasileiras, entre zero e 6 anos, não têm acesso à educação infantil ou a qualquer apoio institucional para o seu desenvolvimento.

Como parte dos eventos da semana, as comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) recebem na quarta-feira o presidente da Associação Mundial da Saúde Mental Infantil, Antoine Guedeney, o diretor do

Centro de Excelência para Desenvolvimento da Primeira Infância da Universidade de Montreal (Canadá), Richard Tremblay, e a presidente da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar (IPA Brasil), Marilena Flores Martins. O debate foi sugerido pelos senadores Flávio Arns (PSDB-PR), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Entre as atividades da 2ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, serão ministrados cursos sobre a importância de brincar para a saúde física e mental, a atividade de cuidador de creche e a promoção do desenvolvimento do cérebro do bebê, entre outros.

Em videoconferências, as assembleias legislativas poderão, por exemplo, participar de debate sobre as políticas públicas para a primeira infância. Mais informações no site www.senado.gov.br/infanciaepaz.

Conferência de Comunicação em discussão na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se nesta quarta-feira para discutir a organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que será realizada em Brasília de 14 a 17 de dezembro. Foi convidado para o debate Marcelo Bechara, presidente da comissão organizadora da conferência.

Entre as várias propostas a serem examinadas no encontro, destacam-se a criação de um novo marco regulatório para o setor, o fortalecimento da rede pública de comunicação e mudanças nos critérios para a publicidade oficial. O pedido para realização da audiência pública é do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A segunda parte da reunião será destinada ao exame de uma pauta de 65 itens, entre os quais o PLS 283/09, de Flexa Ribeiro, que autoriza a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no subsídio direto ao consumo de serviços de interesse coletivo prestados em regime público.

Inspirada na tarifa social, adotada no setor de energia, a proposta, que será votada em decisão terminativa, tem como principal objetivo promover o acesso e facilitar o consumo do serviço de telefonia fixa pela população de baixa renda.

A CCT deve examinar ainda projeto (PLC 35/09) do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ) que obriga o fornecedor de produto ou serviço cultural veiculado pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada pela rede mundial de computadores. A proposta tem parecer favorável do senador João Ribeiro (PR-TO).

comissões

Terça-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

Pré-sal – Debate sobre o Fundo Social, incluído na proposta do governo que cria o marco regulatório do pré-sal, com professores da Unicamp e da USP.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IR – Os senadores examinam projeto que estabelece isenção de impostos sobre máquinas de escrever em braille.

11h – EDUCAÇÃO

Pedagogia – Na pauta, projeto que assegura aos professores da rede pública de educação básica acesso a cursos superiores de Pedagogia sem necessidade de exame vestibular.

14h – RELAÇÕES EXTERIORES

Mercosul – Comissão debate a adesão da Venezuela ao Mercosul. Participam, entre outros, o prefeito da cidade de Caracas, Antonio Ledezma, e o representante da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração, embaixador Regis Arslanian.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Carbono – Audiência pública para discutir

a regulamentação do mercado de carbono no país. Participam, entre outros, representante do Ministério da Indústria e Comércio e a presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana.

15h – MEIO AMBIENTE

Senado – A comissão debate medidas adotadas pela Casa sobre problemas administrativos e de gestão com o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) e o diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Fust – Senadores examinam projeto relativo à aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

10h – DIREITOS HUMANOS

Homenagem – Reunião especial para colocação do retrato do senador Paulo Paim (PT-RS) na galeria dos presidentes da comissão. Em seguida, audiência pública sobre diferenças sociais, de gênero, cor, etc. no Brasil. Foram convidados, entre outros, o secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz, Carlos Alves Moura, e o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos.

plenário

Segunda-feira

Ponto facultativo

Terça-feira

10h – Sessão especial

Homenagem – Senadores prestam homenagem póstuma ao ex-governador e ex-senador Gilberto Mestrinho, falecido no dia 19 de julho deste ano em Manaus.

14h – Sessão deliberativa

Energia – A pauta continua trancada por dois projetos de lei de conversão – 15/09 (MP 465/09), que trata de subvenção ao BNDES, e 16/09 (MP 466/09), sobre serviços de energia elétrica nos sistemas isolados – e pela MP 467/09, que prorroga contratos vinculados a

projetos de cooperação técnica.

Quarta-feira

10h – Sessão especial

Dnocs – Comemoração do centenário de criação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

10h – EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

Infância – As comissões debatem o tema “Primeira infância e cultura da paz”. Participam o presidente da Associação Mundial da Saúde Mental Infantil, Antoine Guedeney; o diretor do centro de Excelência para Desenvolvimento da Primeira Infância, Richard Tremblay; e a presidente da Associação Brasileira pelo Direito de Brincar, Marilena Flores Martins.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Código – Na pauta, projeto que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

14h – CPI DA PETROBRAS

Depoimento – Senadores ouvem o gerente-executivo de Serviços da área de Exploração e Produção da Petrobras, Erardo Gomes Barbosa Filho.

debates

A cobertura completa dos debates das comissões registradas abaixo está disponível em www.senado.gov.br/jornal.

EMPRÉSTIMOS A AGRICULTORES

Em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), representantes de bancos oficiais que repassam empréstimos dos fundos constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte se posicionaram contra projeto (PLS 239/08) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que obriga as instituições a assumirem metade dos riscos. O senador diz que, por não correrem riscos, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia estão emprestando aos pequenos agricultores familiares, principalmente no Nordeste, sem examinar se eles têm ou não condições de pagar as dívidas.

NOVA USINA NUCLEAR

A segunda central nuclear brasileira – depois de Angra dos Reis, onde já existem duas usinas em funcionamento e uma terceira em construção – será construída até 2019 em uma cidade litorânea entre Salvador e Recife, anunciou o diretor-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, em debate nas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

BIOCOMBUSTÍVEIS

O marco regulatório para os biocombustíveis precisa ser “algo maior” do que a atual regulamentação, defendeu o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Ricardo de Gusmão Dornelles. Segundo disse aos senadores do grupo de trabalho criado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a proposta em discussão precisa ser melhorada.

IMAGEM DA EBC

Quase dois anos após a sua criação, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não enfrenta mais a suspeita de falta de isenção em relação ao governo federal, afirmou a diretora-presidente da empresa, Tereza Cruvinel, em debate na CCT. Ela citou pesquisa segundo a qual 10% da população assiste regularmente à TV Brasil. E, entre esses espectadores, 80% aprovam a programação da emissora.

HOMOSSEXUALIDADE

Grande parte dos professores não possui formação adequada para lidar com a questão da homossexualidade no cotidiano escolar, até porque as faculdades de Pedagogia não tratam a questão em profundidade. A afirmação é da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), na abertura do seminário “Diversidade nas escolas: preconceito e inclusão”, promovido pela Comissão de Educação.

Brasil deve crescer 5% em 2010, diz ministro

Paulo Bernardo, do Planejamento, admite em debate no Congresso que governo poderá rever para cima as estimativas econômicas do ano que vem

Ao participar de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para atualizar os parâmetros do Orçamento da União para 2009, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o Brasil poderá crescer cerca de 5% no ano que vem.

Na revisão dos cálculos de despesas e receitas que o Executivo deverá fazer até o final de novembro, Bernardo admitiu a possibilidade de o governo federal rever para cima a previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) do país para 2010.

– Particularmente eu acho que vamos ter um índice de crescimento de mais de 4,5%. Eu não teria dificuldade em fazer a revisão para 5%, por exemplo. Nós temos que tomar cuidado para não exagerar e colocar um índice que depois não se verifique e que, com a frustração de receita, exija cortes de despesas. Acho que é necessário haver um equilíbrio,



Paulo Bernardo (D) considerou boas as perspectivas de crescimento econômico no próximo ano, atribuindo seu otimismo às medidas tomadas pelo governo

mas creio que 5% hoje seria uma coisa razoável e acho que nem criaria muita polêmica, porque de fato tem muita gente falando até em mais do que isso – disse.

Paulo Bernardo considerou as boas perspectivas para a economia brasileira no próximo ano como resultado das medidas emergenciais que o governo adotou – tais como redução de taxas de juros, oferta maior de crédito

e diminuição de impostos – para minimizar os efeitos da crise financeira mundial no país.

Com relação a outros parâmetros do Orçamento federal, o salário mínimo deverá passar a R\$ 505,90, já a partir de janeiro do próximo ano. A previsão da inflação anual para 2010, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 4,33%.

Lei não evitou aumento de despesas de pessoal, diz TCU

Por adotar tetos de gastos muito elevados, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não tem sido eficaz para limitar a expansão das despesas de pessoal no setor público. A avaliação foi feita pelo titular da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Maurício Wanderlei, na reunião que examinou o anexo do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2010, no qual esses dados são demonstrados.

Maurício Wanderlei destacou que o crescimento da atividade econômica e o aumento da carga

tributária têm permitido folga de receitas para o aumento contínuo dos gastos nos três Poderes. Porém, mesmo com a expansão dos últimos anos, as despesas permanecem abaixo dos tetos fixados na LRF em relação à receita corrente líquida (RCL) da União. No entanto, ele mostrou que os gastos estão crescendo ano a ano, às vezes acima da própria margem de expansão da receita.

– De fato, os limites da LRF não têm sido úteis para barrar ou limitar as despesas – afirmou.

O secretário-adjunto de Orçamento Federal, Claudiano Ma-

noel de Albuquerque, observou inicialmente que o governo atua no setor de serviços, que se caracteriza pelo uso intensivo de mão de obra. Assim, ele argumentou, “fatalmente” a despesa de pessoal será sempre um gasto importante no orçamento público. Albuquerque, que representou no debate o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, admitiu ainda que o governo vem utilizando a conjuntura fiscal favorável para contratar pessoal e melhorar a capacidade operacional da máquina pública.

agora é lei

Brasileiro terá agora um só número de identidade

Carteiras de identidade, de motorista e de trabalho, além do passaporte e do CPF, são alguns dos documentos que passarão a ter o mesmo número de registro. A lei (12.058/09) que unifica os documentos foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 13.

Com a unificação, o cidadão terá um número único de registro de identidade civil válido para os brasileiros natos e naturalizados.

De acordo com a proposta sancionada, os documentos terão o mesmo número do Registro da Identidade Civil à medida que forem sendo expedidos. A implementação deve ser iniciada dentro de um ano.

A União poderá firmar convênios com os estados e o Distrito Federal para implantar o número único e trocar os documentos an-

tigos de identificação. Entre os objetivos da lei, está o de evitar a falsificação de documentos.

Segundo a Polícia Federal, cerca de 10% das carteiras de identidades que circulam no país são falsas. São documentos frios que seguem ativos, em parte, por causa da negligência das famílias e dos cartórios em dar baixa em casos de morte, entre outros.

A norma ainda exige que a carteira de identidade inclua o tipo e o fator sanguíneos do titular e que também, por solicitação dele, contenha carimbo comprobatório de deficiência física, atestada por autoridade de saúde competente.

A lei foi resultado da conversão da Medida Provisória 462, cujo tema central era o repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Oposição obtém assinaturas suficientes para CPI do MST

Depois de uma batalha entre governo e oposição que se estendeu até o último minuto do prazo regimental (meia-noite de quarta-feira), 210 assinaturas de deputados e 36 de senadores garantiram a criação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar o repasse de recursos federais a organizações não governamentais que são transferidos para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O número ficou bem acima do necessário (171 e 27) e além até mesmo do total que constava do pedido de instalação lido em sessão do Congresso na mesma quarta-feira (182 e 35). A leitura era pré-requisito para a instalação da comissão, mas tudo dependia da manutenção das assinaturas.

Para aliados do governo, a CPMI seria produto “das forças conservadoras, contra a reforma agrária, a favor do agronegócio e pela criminalização dos movimentos sociais no país”, como acusou o deputado Ivan Valente (PSOL-SP). Segundo o vice-líder do DEM e um dos autores do requerimento, deputado Onyx Lorenzoni (RS), o colega do PSOL faz um discurso a favor de uma organização social sem existência formal e dedicada apenas a “destruir”.

CCJ rejeita convocação de Dilma Rousseff e Lina Vieira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou três requerimentos propondo que a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira e a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fossem chamadas a prestar esclarecimentos sobre suposto encontro que mantiveram no ano passado.

Todos os requerimentos, assinados pelo próprio líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), foram apresentados quando a bancada governista tinha a certeza dos votos necessários para derrubá-los. O regimento interno impede que novos requerimentos com o mesmo propósito possam ser discutidos novamente na comissão.

Conforme Lina Vieira, que falou à CCJ em agosto, a ministra teria feito perguntas sobre investigação tributária que era realizada nas empresas de um dos filhos do senador José Sarney. Recentemente a ex-secretária disse à imprensa ter encontrado agenda que comprovaria o encontro. Dilma nega que a reunião tenha ocorrido.

Um quarto requerimento, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), solicita que Lina compareça à CCJ para apresentar novas provas que confirmariam a data do encontro com a ministra.

petróleo



Diretor da Petrobras Almir Barbassa (entre Delcídio Amaral e Garibaldi Alves): capitalização proposta atrairá mais dólares ao país

Partilha ou concessão para explorar o pré-sal?

O modelo de exploração do petróleo da camada pré-sal esteve no centro dos debates promovidos na semana passada pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura (CI). O modelo de partilha, previsto no marco regulatório enviado pelo governo ao Congresso, permite o controle da produção e da comercialização do petróleo,

o que seria benéfico ao país na opinião de especialistas e senadores que consideraram adequada a proposta. Outros parlamentares defenderam o atual modelo de concessão, pelo qual o óleo extraído é da empresa ou consórcio que explora determinada região, que paga um valor fixo pela exploração. Nesta terça, a CI debate a criação do fundo social com recursos do pré-sal.

Mailson: modelo de partilha é ruim para economia de mercado

O regime de partilha proposto pelo governo, no qual a Petrobras será a operadora única dos contratos de exploração, fere a Constituição federal e “abre espaço para corrupção, concentração de renda e o uso político da Petrobras, além de contribuir para a redução da eficiência produtiva e econômica da empresa”. A avaliação foi feita pelo ex-ministro Mailson da Nóbrega na CAE, na terça-feira.

Mailson considera que só há duas explicações para a “visão estatizante” do governo em relação à exploração da camada pré-sal: a criação de um fato novo para que o país tenha nova repartição dos royalties do petróleo, em

que estados não produtores passariam a ter direito de receber parte do benefício; e a preocupação do governo com futuros conflitos envolvendo o Brasil, em face da escassez mundial de petróleo.

Para o economista, os regimes de concessão e de partilha devem gerar o mesmo volume de recursos. No de partilha, no entanto, o Estado brasileiro passaria a controlar a comercialização e a exploração do óleo, o que, segundo Mailson, seria ruim para a economia de mercado.

No modelo de concessão, todo o óleo extraído é da empresa ou do consórcio explorador, que paga



Para o ex-ministro, proposta do governo visa criar nova repartição de royalties

ao governo um valor fixo pela exploração. Já no sistema de partilha, o petróleo é dividido com o governo, e ganha a licitação para explorar o campo quem oferecer maior pagamento em óleo.

Diretor da Petrobras defende exclusividade para estatal

A capitalização da Petrobras proposta pelo governo irá atrair mais dólares ao país, elevar a liquidez das ações da empresa e permitir novos empréstimos para financiar a exploração do pré-sal. O modelo foi defendido pelo diretor financeiro da Petrobras, Almir Barbassa, segundo o qual o direito de exercer a compra das novas ações será concedido apenas aos acionistas correntistas da empresa.

Barbassa defendeu que a Petrobras seja a operadora exclusiva do pré-sal e tenha participação de pelo menos 30% em cada campo petrolífero. Isso, notou, irá fazer com que a estatal feche alianças tecnológicas principalmente no

setor de pesquisa, além de poder planejar o desenvolvimento integrado e padronizado da demanda de seus equipamentos.

Para o diretor, o pré-sal trará maior segurança ao Brasil numa eventual crise de energia mundial. Ele previu que a riqueza advinda da camada petrolífera irá desenvolver toda a cadeia produtiva brasileira, com aumento direto de emprego, além da entrada no país de novas tecnologias.

A situação daqueles que investiram recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em ações da Petrobras e que, agora, serão excluídos do processo de capitalização

da companhia, como propõe o governo, preocupa o senador Delcídio Amaral.

Já Antonio Carlos Júnior disse temer que o formato proposto de capitalização da Petrobras possa levar à preponderância da posição da União no controle acionário em detrimento dos acionistas minoritários, como alertou Mailson da Nóbrega.

César Borges, por sua vez, observou que em sua opinião ainda há incertezas quanto aos critérios a serem adotados para capitalização da Petrobras. Ele também questionou se não haveria interesse do governo em voltar a ter o controle acionário das ações da companhia.

Senadores divergem, mas avaliam que opção do governo fortalece Estado

A adoção do modelo de partilha não provocará concentração de renda, como teme Mailson da Nóbrega, rebateu Tião Viana (PT-AC), que propôs o debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O governo Lula optou pelo “Estado forte” e, ao mesmo tempo, promove desconcentração da renda, sustentou o senador, que defendeu a divisão dos recursos dos royalties do pré-sal também para estados não produtores.

Delcídio Amaral (PT-MS) disse que não vê muita diferença entre os dois modelos, e que a escolha é uma decisão de Estado. As empresas participarão no modelo de partilha, acredita ele, mas o modelo de concessão é bem-sucedido.

Também para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), a riqueza do pré-sal é tão

grande que as empresas terão interesse em investir, seja qual for o modelo. Entre os grandes produtores de petróleo, 16 utilizam o regime de partilha, ressaltou. Outro defensor da proposta do governo, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) acrescentou que, hoje, 77% das reservas mundiais estão nas mãos do Estado, e apenas 7% nas mãos de empresas privadas. Marcelo Crivella (PRB-RJ) observou que o governo não pode abrir mão dessa salvaguarda num cenário de escassez mundial de petróleo.

Em contraste, Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que os dois modelos têm pouca diferença, mas no de concessão os recursos do pré-sal poderiam ser aplicados em educação e saúde já em 2010 e 2011. No de partilha, só em 2020.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também faz restrições ao modelo de partilha.

– É uma excessiva concentração nas mãos do Estado de pontos fundamentais na produção dessa riqueza e dos recursos gerados por ela – advertiu.

Já César Borges (DEM-BA) avaliou que a discussão sobre o

controle do pré-sal tem caráter ideológico. Na mesma linha, Tasso Jereissati (PSDB-CE) considera que a proposta do governo “é um dos maiores equívocos em termos de pro-

jeito de longo prazo do país”. O atual sistema de concessão poderia sofrer pequenas adaptações, mas a opção é pelo fortalecimento estatal, lamentou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a experiência de distribuição de recursos de exploração do petróleo pelo Alasca, por meio de um fundo social. Todas as pessoas residentes no Alasca, explicou, recebem um valor anual que, nos últimos 26 anos, significou a distribuição de algo em torno de 6% do produto interno bruto (PIB).

Segundo a oposição, discussão tem caráter ideológico

Especialista sugere redução do poder de veto da Petro-Sal

O poder de veto que o governo federal propõe para a Petro-Sal – empresa a ser criada para explorar petróleo no pré-sal – é exagerado, na visão do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), João Carlos de Luca. A possibilidade de a Petro-Sal não ter restrições para decidir sobre problemas operacionais surgidos na atividade das empresas privadas associadas à Petrobras na exploração do pré-sal acabaria cerceando a participação da iniciativa privada no setor, disse ele na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) na semana passada. Sua sugestão foi apoiada por Delcídio Amaral e Fernando Collor (PTB-AL).

Marcio de Rocha Melo, presidente da Associação Brasileira de Geólogos do Petróleo, defendeu contratos de partilha apenas para áreas com potencial de produção comprovado, por existirem níveis diferenciados de risco na exploração do pré-sal.

Já o presidente da CI, Fernando Collor, disse que as condições atuais de exploração de petróleo no Brasil são muito diversas das que vigiam no país na década de 1970, quando foram adotados os

contratos de risco. Hoje, a probabilidade de êxito em perfurações no pré-sal é muito maior, dando “produções extraordinárias”.

No regime de partilha, comparou, o Estado brasileiro controlará a produção desde que o óleo sai da superfície da lâmina d’água até a comercialização.

– No regime de concessão o Estado não tem esse poder. A comercialização fica ao alvitre do concessionário e isso implica problemas muito sérios para o país, no caso de ser feita a um preço que não interessa à economia brasileira – alertou.

O presidente da Empresa de Planejamento em Energia, Maurício Tolmasquim, entende que o modelo de partilha propiciará maior retorno econômico para o Estado.

– No regime de concessão, assim que o petróleo é extraído é propriedade da empresa produtora, que, se quiser exportar, tem esse direito. Na partilha, a parte destinada contratualmente ao Brasil pode ficar aqui e ser processada – explicou. O diretor de Infraestrutura do BNDES, Wagner Bittencourt, também defendeu o modelo de partilha.

mercosul

CRE analisa entrada da Venezuela no bloco

Antes da decisão, prevista para quinta-feira, comissão discute o assunto, na terça, com o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma. Ele avalia que a aprovação do Brasil e do Paraguai à adesão de seu país ao Mercosul será um incentivo à democracia venezuelana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa nesta quinta-feira a proposta de ingresso da Venezuela no Mercosul, informou na semana passada o presidente do colegiado, Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Dois dias antes, na terça, a comissão debate o assunto com Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, capital daquele país. Ledezma é uma das principais vozes da oposição ao presidente Hugo Chávez, cuja atuação, criticada por alguns senadores, motivou o relator do projeto na CRE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), a apresentar parecer contrário à adesão da Venezuela ao bloco econômico que reúne hoje Argentina, Uruguai e Paraguai, além do Brasil. Em recente entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*,

Ledezma pediu ao Brasil que aceite o ingresso como forma de estímulo à democracia venezuelana.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou à CRE voto em separado aprovando a adesão. Além do Brasil, o Parlamento do Paraguai ainda precisa aprovar a entrada da Venezuela ao bloco.

O assunto foi debatido na semana passada em reunião, em Montevidéu (Uruguai), da Representação Brasileira no Parlasul (Parlamento do Mercosul) com o embaixador do Brasil junto ao bloco e à Asso-

ciação Latino-Americana de Integração (Aladi), Régis Arslanian.

O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), também vice-presidente do Parlasul, defendeu a importância da aprovação sob os aspectos econômico e político. Também se manifestaram a favor os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e José Nery (PSOL-PA) e os deputados Iris de Araújo (PMDB-GO) e Dr. Rosinha (PT-PR). Mercadante afirmou ser evidente a existência de violação de princípios democráticos na Venezuela – citando o fechamento

de veículos de comunicação e o relacionamento entre os três Poderes –, mas disse que a pior coisa para a oposição naquele país seria o isolamento.

– Apartando, não vamos integrar – ob-

servou. Com a entrada, acrescentou, a oposição terá interlocução que mudará a qualidade do processo político naquele país.

Já a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e o deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) manifestaram-se contra, argumentando que o governo venezuelano não respeita as liberdades democráticas. De acordo com o Protocolo de Ushuaia, assinado pelos membros do Mercosul, mais Chile e Bolívia, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial aos processos de integração.

Líder da oposição a Chávez pede que Brasil aprove adesão

Parlamentares condenam golpe em Honduras e cerco a embaixada

O Parlamento do Mercosul manifestou “veemente repúdio” ao cerco policial à embaixada do Brasil em Tegucigalpa, capital de Honduras, e conclamou a comunidade internacional para que intervenha no conflito hondurenho.

O Parlasul expressou seu entendimento de que o presidente Manuel Zelaya deve abster-se de utilizar a embaixada “como palanque político”, lamentou que ele tenha convocado consulta popular sem base constitucional, “o que deu pretexto para a realização do golpe de Estado em Honduras”, e qualificou o golpe de “afrenta a todas as democracias da América Latina”.

A declaração, aprovada por 27 votos a favor e duas abstenções, foi sugerida por Aloizio Mercadante e apoiada pelos senadores Marisa Serrano, Eduardo Azeredo e José Nery.

No documento, o Parlasul

adverte que a vida de Manuel Zelaya e dos demais abrigados e a inviolabilidade diplomática do Brasil devem ser preservadas a todo custo. Expressa ainda sua consternação com as violações do direito à livre manifestação dos partidários do “governante legítimo” de Honduras, Manuel Zelaya, e lembra que tais violações foram condenadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O texto faz ainda “um sincero apelo” a todas as forças políticas de Honduras para que conclamem, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), um processo transparente de diálogo que conduza o país à conciliação e à volta da normalidade democrática. O Parlasul lembra também que o cerco à embaixada já foi condenado pelo Conselho de Segurança da ONU e contraria frontalmente a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Parlamento cobra diálogo e volta à normalidade democrática



No Parlamento do Mercosul, Aloizio Mercadante (D) diz que pior coisa para oposição venezuelana é o isolamento

Parlasul reúne-se em Brasília em fevereiro

A primeira sessão plenária do Parlamento do Mercosul de 2010 será realizada em Brasília, nos dias 22 e 23 de fevereiro. De acordo com calendário aprovado na semana passada, a próxima sessão ocorrerá nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro em Montevidéu. A última sessão do ano será nos

dias 17 e 18 de dezembro.

As bancadas dos países do Mercosul indicaram ainda seus representantes no Observatório da Democracia, criado em 2008 a partir de proposta do senador Aloizio Mercadante e da deputada argentina Beatriz Rojkes. Foram designados pelo Brasil a

senadora Marisa Serrano e os deputados José Paulo Tóffano (PV-SP) e Dr. Rosinha.

Outra decisão foi a de designar quatro parlamentares para tomar parte na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima, em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro próximo.

Representação deve ser definida em dezembro

A definição sobre o tamanho das bancadas dos países no Parlasul deverá acontecer em dezembro. Se as negociações forem concluídas pela Mesa Diretora em novembro, os resultados serão levados ao Plenário em 30 de novembro e encaminhados às chancelarias dos quatro países do bloco. Nos dias 20 e 21 de dezembro, o Conselho do Mercado Comum deverá decidir sobre a questão. Segundo Aloizio Mercadante, com a definição de como será composto, cada país poderá eleger diretamente seus representantes, e o Parlamento passará então a votar leis comuns e poderá convocar ministros, entre outras atribuições. – O Parlamento só será pleno com o voto do cidadão e a representação proporcional – observou Mercadante.

POTENCIAL DAS HIDROVIAS

O presidente do Parlasul, Juan José Domínguez, propôs a Marisa Serrano a organização de uma reunião para discutir as potencialidades das hidrovias do bloco. Segundo Marisa, a proposta foi feita a ela porque Mato Grosso do Sul faz fronteira com o Paraguai (pelo rio Paraguai) e com São Paulo (pelo rio Paraná). – A proposta é saber, principalmente, que riquezas esses rios estão transportando – afirmou a senadora.

TCU OFERECE AUDITORIA

O secretário-executivo das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul e Associados e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, apresentou a Juan José Domínguez proposta de auditoria do uso dos recursos do Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). O presidente da Representação Brasileira, José Paulo Tóffano, avaliou que esse controle fortalecerá o bloco.

FIM DAS TARIFAS DUPLAS

O embaixador do Brasil junto ao Mercosul e à Aladi, Régis Arslanian, relatou à Representação Brasileira os avanços para o fim da dupla cobrança de tarifas no bloco. Segundo o embaixador, ainda não existe um acordo sobre a distribuição da renda, mas o Código Aduaneiro está praticamente concluído. Arslanian disse que a negociação para a eliminação da dupla cobrança, “muito difícil” mas fundamental para o Mercosul, começou em 2004.

Comissão propõe debater liberdade de imprensa

Por sugestão do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a Comissão de Assuntos Internacionais, Inter-regionais e de Planejamento Estratégico do Parlasul decidiu propor à Mesa Diretora a realização de um painel sobre a liberdade de imprensa e a regulamentação dos meios de comunicação nos países da América do Sul. A ideia surgiu a partir da análise de três propostas para que o Parlasul se manifestasse sobre a liberdade de expressão na Venezuela. Zambiasi disse defender a liberdade plena de expressão e de informação, mas salientou que as empresas de comunicação devem ter regras. O senador referiu-se à recente aprovação da lei de mídia na Argentina e adiantou que se absteria de votar sobre as propostas porque elas eram “canalizadas para a Venezuela” e não trabalhavam “com a visão mercosulina ou sul-americana”.

ensino superior

Projeto incentiva doações para universidades

Intenção do autor é criar uma nova cultura junto a pessoas e empresas, semelhante à que socorre as instituições americanas

Sempre com dificuldades para fechar as contas ao final de cada ano, por causa da quase integral dependência dos repasses de recursos do governo, as universidades públicas brasileiras podem em breve abrir um novo caminho para aumentar suas receitas: as doações, incentivadas pela dedução do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas. Projeto que cria essa possibilidade foi aprovado na Comissão de Educação da Câmara e pode chegar ao Senado no ano que vem.

O autor do PL 4.847/09, deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), inspirou-se no exemplo dos Estados Unidos, onde somente no ano passado mais de US\$ 40 bilhões foram arrecadados pelas instituições de ensino. Os doadores vão desde ex-alunos agradecidos até empresas interessadas em parcerias no campo da pesquisa, passando por milionários como Bill Gates ou David Rockefeller.

Os maiores milionários brasileiros, porém, não têm o hábito de fazer, como americanos ou ingleses, vultosas doações para as universidades. Talvez porque, no caso nacional, a maioria obteve o diploma fora do país. Casos, por exemplo, de Elke Batista (Alemanha), Jorge Paulo Lehman (Harvard, EUA) ou Antonio Ermirio de Moraes (EUA), todos listados pela revista *Forbes* entre as mil pessoas mais ricas do planeta.

Além de incentivar as doações, faz-se necessária a transparência dos gastos por parte das universidades. Com o incentivo no Imposto de Renda e a garantia da aplicação dos recursos, esse sistema de doações beneficiará a sociedade e a qualidade de nosso ensino superior – diz Dimas Ramalho.

Na Comissão de Educação da Câmara, o projeto foi modificado pelo relator, que estendeu o benefício a todas as universidades públicas, não apenas às federais, e ampliou de 50% para 100% a dedução do IR para pessoa física que doar a universidades públicas. A dedução não pode reduzir o imposto devido em mais de 6%.

A proposta chegará ao Senado sob algumas críticas dos integrantes da Comissão de Educação, para os quais a dedução integral é um privilégio e desvio de recursos públicos (*leia mais nesta página*).

O principal obstáculo está, na verdade, na falta da cultura das doações pelos brasileiros, pelo menos quando não se trata de caridade. Pedir dinheiro para uma instituição de ensino soa estranho ao brasileiro e às vezes até gera desconfiança, explicam os especialistas.

Para as escolas e universidades locais obterem doações em volume significativo, é necessário o desenvolvimento de amplo tra-

balho, a começar pela formação de profissionais capacitados a planejar e atuar com competência na captação de recursos – diz Custódio Pereira, diretor-geral das Faculdades Integradas Rio Branco (SP), especialista no setor e um dos organizadores de congresso continental sobre o chamado *fundraising*, que acontece mês que vem em São Paulo.

Os números comprovam a tese. Com raras exceções, as doações feitas à maior instituição de ensino superior do país, a estadual Universidade de São Paulo (USP), representaram menos de 0,001% do orçamento de 2008. Na Universidade de Brasília (UnB), uma das líderes em produção científica do país, a fração também é desprezível, a ponto de nem ter sido contabilizada. As doações, em geral, ou são de livros por parte da comunidade ou feitas por outros organismos públicos, como a Receita Federal ou a Polícia Federal, frutos de apreensões de mercadorias.



Estudantes da Universidade de Brasília, uma das líderes em produção científica no país

Apenas minoria consegue diploma

Dados gerais do ensino superior no Brasil
(* Um professor pode lecionar em mais de uma faculdade)

Item	Públicas	Privadas	Total
Instituições	249	2.032	2.281
Alunos	2.290.490	2.901.270	5.191.760
Formandos	193.531	563.268	756.799
Professores*	108.828	208.213	317.041

Fonte: Censo da Educação Superior 2007, MEC/INEP

BNDES empresta R\$ 1 bilhão com juros baixos e longo prazo

Um acordo firmado no mês passado entre o Ministério da Educação e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai pôr à disposição das instituições públicas e privadas de ensino superior R\$ 1 bilhão para empréstimos com juros mais baixos para investimento em infraestrutura, compra de equipamentos, qualificação de professores ou pagamento de dívidas.

A linha de financiamento do BNDES ficará aberta durante cinco anos e o valor oferecido equivale a 40% do orçamento da USP, a maior universidade pública do país. As taxas de juros serão de 6% ao ano, mais outros encargos, ficando bem abaixo do valor usualmente contratado nos bancos (em torno de 32%, no caso do capital de giro). O prazo para pagar varia de seis a dez anos.

A medida, inicialmente co-

memorada pelas faculdades particulares, acabou sendo muito criticada depois que as regras saíram no *Diário Oficial da União*. As instituições dizem que o ministério criou muita burocracia e exigências de difícil cumprimento. Por exemplo, as universidades e faculdades precisam ter 70% de seus cursos com nota 3 (numa escala de 1 a 5) no Exame Nacional de Cursos e devem aderir ao ProUni e ao Fies, programas federais que oferecem bolsas de estudo e financiamento a estudantes carentes.

Os empréstimos também foram criticados pelos docentes das universidades federais. Segundo a professora Solange Bretas, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), o governo federal está financiando “o crescimento assustador” do ensino privado com recursos públicos.

Quatro gigantes do ensino superior americano recebem cifras multimilionárias

Não faz muito tempo, o banqueiro David Rockefeller assinou um cheque nominal à Universidade de Harvard. Valor: US\$ 100 milhões. Rockefeller é apenas um dos muitos doadores das universidades norte-americanas, universo que agrega celebridades multimilionárias como Bill Gates, fundador da Microsoft e inventor do Windows, mas também pessoas comuns, ex-alunos que se sentem no dever de contribuir com a instituição que os acolheu na juventude.

O dinheiro vem, em sua maioria, de ex-alunos e pessoas físicas. A maior parte do bolo é aplicada em fundos de investimentos do mercado financeiro, prática que acabou reduzindo os patrimônios das principais universidades do país. Harvard, Yale, Stanford e Princeton – as quatro gigantes do ensino universitário americano – pagaram o preço. O hábito, em números redondos, representou US\$ 41 bilhões para as instituições de ensino naquele país no ano passado.

Nem a crise que atingiu o planeta enfraqueceu esse “mercado”. A expectativa de Harvard é arrecadar US\$ 651 milhões em 2009, 6% a mais do que em 2008. Na famosa instituição de Boston, estado de Massachusetts, 34% das despesas são bancadas pela generosidade alheia. Bill Gates, aliás, abandonou pela metade o curso que fazia em Harvard para se dedicar à aventura da Microsoft.

Em Stanford, a famosa universidade do Vale do Silício, na Califórnia, US\$ 26 em cada US\$ 100 gastos no último exercício fiscal vieram de doações, que somaram US\$ 785 milhões do orçamento de US\$ 3,8 bilhões. Stanford, onde se formaram o ex-presidente John F. Kennedy ou os fundadores do Google, conta apenas com 16% de suas receitas provenientes das anuidades dos alunos e compromete nada menos que 52% em salários.

Yale, outra prestigiosa universidade americana, vem logo atrás, com a previsão de fechar o ano com US\$ 493 milhões em doações (um crescimento de 11%), para um orçamento de US\$ 2 bilhões. Desde o final dos anos 1980 a instituição vem investindo pesado nos fundos e assumiu o segundo lugar entre as maiores, com mais de 13 mil alunos e 5 mil professores. E um trunfo: 163 mil ex-alunos vivos e gratos.

Do outro lado do Atlântico, a Universidade de Cambridge, na Inglaterra, investe cada vez mais na formação de parcerias com empresas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Hoje, são 68 delas, responsáveis por uma fatia considerável das receitas. Mas as doações não ficam atrás. Apenas para o projeto do oitavo centenário da instituição já foram arrecadados mais de 800 milhões de libras esterlinas (cerca de R\$ 2,4 bilhões).



Universidade de Harvard: fundada em 1636 no estado de Massachusetts, é a mais antiga instituição americana de ensino superior

Apostando nas parcerias...

Grande parte da receita de 675,9 milhões de libras esterlinas da **Universidade de Cambridge**, que em 2009 completou 800 anos, vem de associações com empresas no desenvolvimento de novas tecnologias

...ou nas doações

Harvard registrou que 34% dos seus US\$ 3,4 bilhões vieram de doações. Investiu 16% do orçamento em pesquisa. Mas não é só da generosidade que vive a maior universidade do planeta



Fontes: Balanços financeiros do ano fiscal 2007/2008 de Cambridge e Harvard

Senadores criticam isenção integral e anunciam mudanças

Dois dos integrantes da Comissão de Educação já anunciaram que pretendem emendar o projeto, caso a Câmara envie ao Senado o texto aprovado até o momento. A principal crítica é a possibilidade de desconto integral no Imposto de Renda das doações feitas a universidades públicas.

Marisa Serrano (PSDB-MS) acha muito importante o apoio financeiro externo à pesquisa nas universidades, mas uma isenção parcial (“talvez 50%”, diz ela) seria muito mais adequada.

As doações podem ser uma ação complementar à atual política de incentivo de parcerias entre as universidades e as empresas na pesquisa e na geração de conhecimento. Vemos muitos projetos bem sucedidos em universidades estrangeiras graças a esta parceria com a iniciativa privada, que, inclusive, tem interesse em usufruir do conhecimento gerado – explica a senadora.

Marisa acha importante enfatizar

a obrigação do Estado brasileiro de continuar investindo no ensino superior público, ainda que o país desenvolva uma cultura de doações.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-ministro da Educação e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) nos anos 1990, o incentivo às doações é um instrumento útil para alavancar recursos, mas deve ser estendido aos níveis fundamental e médio.

Por que se dar esse privilégio ao ensino superior? Por que não oferecer incentivo fiscal a uma pessoa ou empresa que queira, por exemplo, doar uma biblioteca para uma escola de uma pequena cidade de nosso país? O projeto deveria ampliar essa possibilidade para todos os níveis de ensino – defende.

Cristovam concorda com Marisa Serrano em relação aos limites ao incentivo fiscal para as doações. Para o senador, 50% seria o máximo.

Quem doar deve arcar com parte da doação, e não simplesmente ter o



Marisa Serrano considera o apoio externo importante, mas propõe limitar incentivo tributário a 50% da contribuição

abatimento integral do que foi dado de seu Imposto de Renda devido. Porque assim nós já estaríamos diante de uma usurpação do dinheiro público pelas universidades – alerta.

Outro ponto lembrado por Cristovam é que o destino do dinheiro doado às instituições de ensino superior seja sempre decidido pelo conselho universitário, jamais imposto pelos doadores. Um projeto de pesquisa que interesse a determinado segmento econômico poderia receber contribuições, desde que obtenha

consenso e aprovação do conselho.

Fundos e incentivos contribuem para pesquisa

Três leis aprovadas em anos recentes trouxeram incentivos fiscais à colaboração entre empresas e universidades na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias. Esses incentivos foram criados pela Lei de Inovação, de 2004, e pela chamada Lei do Bem, de 2005. Há dois anos, a Lei 11.487 estendeu os incentivos às empresas de qualquer tipo ou setor que decidam investir em pesquisa e desenvolvimento, diretamente ou por meio do financiamento a projetos de instituições de ciência e tecnologia, notadamente as universidades.

Conforme relatório anual divulgado no início do ano pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, 320 empresas usaram em 2007 os benefícios legais, um incremento de 147% em relação a 2006. Ainda de acordo com o documento, o investimento em pesquisa feito pelas empresas, aproveitando-se desses incentivos fiscais, chegou a R\$ 6,8 bilhões. Com isso, deixaram de pagar ao governo R\$ 868,4 milhões em impostos e tributos, quantia considerada pelo relatório como o ganho real dos negócios.

Segundo dados oficiais do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de janeiro a agosto deste ano, investiu R\$ 867,9 milhões nos 15 fundos setoriais existentes (biotecnologia, infraestrutura, transporte, aeronáutica, energia etc.).

Congresso reúne casos vitoriosos

Casos de experiências vitoriosas na captação de recursos, como a campanha de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos e as já célebres doações às maiores universidades daquele país, serão discutidos entre 6 e 8 de novembro em São Paulo, que sediará pela primeira vez o congresso Hemisférico de Captação de Recursos da América Latina.

Espera-se a presença de 400 participantes e líderes de diversos setores – como o “arrecadador eleitoral” de Barack Obama, Steve Hildebrand – no evento organizado pela Association of Fundraising Professionals, em parceria com as Faculdades Integradas Rio Branco.

Para as universidades brasileiras, será uma oportunidade de discutir temas como o desenvolvimento de uma cultura de doações nas organizações; o estabelecimento de estrutura de desenvolvimento da captação de recursos; e o incentivo ao lançamento de projetos e ações de desenvolvimento para a captação de recursos por meio de relacionamentos com doadores potenciais.

Projetos buscam diminuir caos e mortes no trânsito

Propostas que modificam o Código de Trânsito Brasileiro tratam desde o valor das multas até controle de velocidade e novos equipamentos obrigatórios para os veículos

Com 12 anos de vigência, e após ter passado por importantes modificações recentes (como a chamada Lei Seca, em 2008), o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) continua na mira de senadores e deputados. Juntos eles apresentaram mais de 450 projetos para alterar artigos do código em temas tão variados e controversos como os valores e a forma de pagamento das multas, os instrumentos eletrônicos de controle da velocidade ou os equipamentos de seguran-

ça obrigatórios nos veículos nacionais. O esforço de todos se volta para a criação de normas que possam, efetivamente, pôr um fim à verdadeira carnificina que se vê nas ruas e nas estradas nacionais, onde mais de 35 mil pessoas perdem a vida todos os anos. Segundo as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), não confirmadas pelo governo federal, o Brasil ocupa o quinto lugar no mundo em número absoluto de vítimas fatais do trânsito.

Efeitos positivos da Lei Seca...

No segundo semestre de 2008, foram registradas 2.723 mortes relacionadas a acidentes de trânsito, uma redução de 22,5% em relação aos 3.519 óbitos registrados no mesmo período de 2007. Os atendimentos às vítimas em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) caíram 23%: de 105.904 para 81.359. O número de acidentes com vítimas caiu de 13.672 para 13.459 na comparação entre julho e agosto deste ano com o mesmo período do ano passado. As mortes caíram de 1.055 para 981 (7%) e as autuações referentes à condução de veículo após ingestão de bebida alcoólica subiram de 678 para 2.322 (3,4 vezes).

Fontes: Levantamento do Ministério da Saúde (2009), com base em dados do SUS, e pesquisa do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) nas principais capitais brasileiras.



também grandes prejuízos econômicos, como constatou em 2006 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No ano passado, ao enviar ao Congresso Nacional uma proposta para reajustar os defasados valores das multas de trânsito, o governo federal colocou mais lenha na fogueira. A ponto de, preocupada com o grande número de propostas para mudar o CTB, a Câmara resolveu criar uma subcomissão de deputados incumbida de sistematizar o trabalho e evitar, desse modo, que o código se transforme numa colcha de retalhos sem eficácia ou lógica (veja texto ao lado).

O governo trabalha para aprovar a sua proposta, que prevê um aumento de 65% a 69% no valor das multas e sua vinculação a um índice de inflação, fazendo com que tenha reajustes constantes. Com essa medida, a multa de menor valor (infração leve) passaria para R\$ 90 e a maior (gravíssima), para R\$ 315. Porém, a pena para quem for pego dirigindo embriagado saltará de R\$ 975,69 para R\$ 1.575. O projeto também altera outros pontos do código, elevando de média a gravíssima uma das mais corriqueiras infrações praticadas pelos brasileiros ao volante: falar ao celular.

Enquanto um texto organizado e de consenso não vem, os projetos seguem tramitando e sendo votados. O Se-

nado, ainda este mês, aprovou proposta (PLC 113/09) que torna obrigatórias as aulas noturnas de direção para os candidatos à carteira nacional de habilitação.

Já está na Câmara, depois de aprovado em decisão terminativa no Senado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proposta (PLS 613/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que estabelece penas de até 12 anos de prisão para quem provocar a morte de outra pessoa por dirigir embriagado, sem habilitação, ou participar de "rachas", correndo o risco de ter a carteira suspensa imediatamente.

Uma terceira medida aprovada pela CCJ, mas que ainda vai a Plenário, determina que o condenado por crime de trânsito deva, caso tenha sua pena de prisão convertida em pena alternativa, prestar serviço em unidades de resgate, hospitais e clínicas de recuperação de vítimas de acidentes de trânsito.

Os bons resultados da Lei Seca, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado, mostram que as mudanças legislativas podem ajudar, e muito, na solução dos problemas de trânsito. Tião Viana (PT-AC) comemorou, em Plenário, a redução das mortes (53%) e internações (28,3%) decorrentes de acidentes automobilísticos, trazendo economia de gastos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

– Esse é um problema que tem forte impacto na vida das pessoas e traz um benefício direto à sociedade brasileira – afirmou.



Recentes na paisagem das cidades, equipamentos de controle de velocidade são alvo de polêmicas

Câmara tenta harmonizar propostas

O Código de Trânsito Brasileiro possui 341 artigos e é de 1997. Desde então, sofreu duas mudanças importantes. Em julho de 2006, a Lei 11.334 mudou os critérios para multas por excesso de velocidade. Trafegar em velocidade até 20% superior à permitida passou a ser infração média; entre 20% e 50%, infração grave; e acima de 50%, infração gravíssima. No ano passado, surgiram as medidas rigorosas contra motoristas embriagados, conhecida como Lei Seca. A enxurrada de projetos propondo mudanças no CTB é preocupante para o presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, o deputado federal Hugo Leal (PSC-RJ), que dirige uma subcomissão especial para revisar o código.

– Mudanças pontuais não podem descaracterizar o código. Vamos harmonizar as propostas com o projeto enviado pelo governo, que trata do reajuste das multas e dos limites de velocidade. Leal defende a simplificação da definição da infração por excesso de velocidade. Para ele, os percentuais são confusos e propõe fixar o limite da velocidade permitida. Ele concorda com mudanças, mas aposta na conscientização e educação dos motoristas.

Fiscalização eletrônica é ponto mais controverso

A "indústria das multas", normas mais rígidas para a circulação das motocicletas e mais equipamentos de segurança nos veículos estão entre as principais medidas sugeridas nos projetos para aperfeiçoar o Código de Trânsito. A questão das multas e a dos instrumentos de controle de velocidade, como pardais e radares eletrônicos, são as mais polêmicas.

Enquanto o PLS 202/08, de Expedito Júnior (PSDB-RO), exige a visibilidade dos equipamentos instalados nas vias públicas, o PLS 210/00, de Marina Silva (PV-AC), veda a indicação de onde estariam os radares de operação autônoma (os que ficam em postes, por exemplo).

Expedito alega que existe uma "insatisfação generalizada com a falta de critério com que os equipamentos são distribuídos e o aparente descuido com que costumam ser posicionados nas



Para Expedito Júnior, remuneração de empresas que exploram pardais não pode ser vinculada às multas

vias" – encobertos por árvores, atrás de placas ou postes. Já Marina lembra a redução dos acidentes nas vias em que há pardais e alega que não informar os motoristas serve para mantê-los constantemente atentos aos limites de velocidade.

No mesmo PLS 202/08, Expedito quer proibir a vinculação da arrecadação das multas à remuneração da empresa que explora

o serviço. Já Gerson Camata (PMDB-ES) quer impedir que a fiscalização eletrônica de velocidade seja feita por empresas privadas (PLS 426/08).

Dez projetos destinam parte da arrecadação das multas para diferentes finalidades: ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelo atendimento às vítimas de trânsito; melhoria da infraestrutura de transportes; recuperação da sinalização viária; construção de ciclovias; ações de assistência social ou campanhas educativas.

Outros projetos determinam que o carro de motorista bêbado envolvido em acidente seja leilado e o dinheiro, repassado às vítimas. Permitir que os jovens a partir dos 16 anos possam tirar carteira de motorista, como nos EUA, é o alvo de três projetos: PLS 26/06, de Gilvam Borges (PMDB-AP); PLS 205/07, de Magno Malta (PR-ES); e PLS 264/07, de Gerson Camata.

Ideias curiosas nos projetos da Câmara

O valor, a forma de pagamento e a destinação dos recursos arrecadados com as multas e as regras para habilitação dos motoristas também são os assuntos que mais mobilizam os deputados. Mas também há propostas curiosas.

O PL 5.576/09 propõe que, além dos veículos de autoridades dos três Poderes,

os carros particulares dos deputados tenham placas diferenciadas e prioridade no trânsito. Justifica-se que a providência também serviria para que a população identificasse se a autoridade está cometendo excessos no trânsito.

Enquanto muitos projetos querem que os carros saiam de fábrica com

itens de segurança como *airbags* ou freios ABS, o PL 3.739/08 sugere tornar equipamento obrigatório o ar-condicionado, enquanto o PL 4.556/98 defende que todo automóvel tenha uma lixeira.

Se aprovado, o PL 3.974/08 dispensará policiais, bombeiros e militares do exame para tirar a carteira de habilitação.



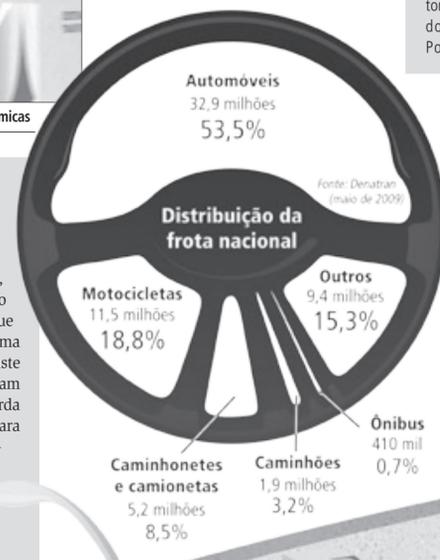
Valor das multas pode subir até 69%

Menos de um ano depois da edição da Lei Seca, o governo enviou ao Congresso novas medidas para reduzir os acidentes de trânsito. Uma delas prevê reajustes entre 65% e 69% nas multas e vincula os valores à variação da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), taxa oficial de inflação, que de novembro de 2000 a junho deste ano acumulou 77,86%.

Pelo projeto, a multa para infração leve aumentaria de R\$ 53,20 para R\$ 90; a menor infração gravíssima passaria dos atuais R\$ 191,54 para R\$ 315; e a punição para o motorista que dirigir

embriagado subiria de R\$ 957,69 para R\$ 1.575.

Antes de chegar ao Congresso, o projeto do Executivo que altera o CTB passou por consulta pública, que recebeu 1.240 contribuições. O tema mais polêmico é justamente o reajuste das multas. Muitas pessoas criticaram o aumento, mas outra parte concorda com o endurecimento das penas para quem se envolve em acidentes, especialmente se ligados ao consumo de bebidas alcoólicas. Muitas das sugestões também propunham capacitação e registro para motociclista profissional.



Brasil, quinto no ranking mundial?

Os acidentes no trânsito causam 1,3 milhão de mortes por ano ou uma morte a cada 30 segundos. País teria registrado 35.100 mortes no trânsito em 2007, sendo o quinto em termos absolutos. Os números divulgados pela OMS divergem muito das estatísticas divulgadas pelo Ipea (veja no outro infográfico).



decisões



José Nery (D, ao lado de Cristovam) defendeu recursos no Orçamento para comprar equipamentos e treinar funcionários

Socorro material para os conselhos tutelares

Projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos permite que bens apreendidos pela fiscalização dos órgãos federais possam ser doados

Bens apreendidos em ações de fiscalização de órgãos públicos federais poderão ser doados pela União aos conselhos tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme projeto de lei aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, antes de ser encaminhada

à Câmara dos Deputados.

O PLS 330/09 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para estabelecer que os bens apreendidos em caráter definitivo sejam utilizados nas atividades dos conselhos tutelares. Esses materiais, de acordo com o projeto, deverão ser usados preferencialmente em atividades ligadas diretamente às crianças e aos adolescentes. A forma de utilização dos equipamentos apreendidos será definida pelos conselhos.

Segundo argumentou o senador Romero Jucá na justificativa da proposta, os conselhos tutelares têm dificuldade de exercer sua função por carência de recursos materiais. O vice-presidente da CDH, senador José Nery (PSOL-PA), sugeriu que emenda da comissão ao Orçamento da União destine recursos para estruturar os conselhos com equipamentos, como computadores, e também para qualificar os profissionais que neles atuam.

Projeto facilita a atuação da Defesa Civil na prevenção de acidentes

Pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, terão que notificar previamente a Defesa Civil sobre quaisquer atos no decorrer de suas atividades que possam exigir ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas. Também serão obrigadas a informar as situações anormais decorrentes de seus empreendimentos que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

A exigência consta de projeto

de lei da Câmara (PLC 52/08) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e enviado para votação em Plenário.

Pelo texto, os órgãos de defesa civil poderão realizar vistorias, testes e medições e requerer informações técnicas sobre procedimentos, instalações e equipamentos que possam provocar, por causas naturais ou não, danos pessoais, materiais ou ambientais à comunidade.

Empresas de ônibus terão que informar passageiros sobre direito a indenização

As empresas de ônibus poderão ser obrigadas a informar aos passageiros sobre o direito de receber indenização em caso de acidente de trânsito, determina proposta aprovada pela CCJ na semana passada.

O substitutivo do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) ao PLC 68/04 diz que as empresas deverão informar sobre o direito de receber indenizações referentes ao Seguro Obrigatório

de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvt) e Seguro de Responsabilidade Civil dos Transportadores. Cartazes de fácil leitura deverão ser afixados nos guichês de venda de passagens; a mesma informação vai constar do verso dos bilhetes de viagem. A divulgação informará os diferentes valores de indenização a serem pagos, em função do tipo de dano pessoal.

EMPRÉSTIMO

O Ceará foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a pedir um empréstimo de US\$ 46 milhões com o Banco Mundial, para o financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará (Cidades do Ceará – Cariri Central).

DESBUROCRATIZAÇÃO

Quaisquer erros evidentes em certidões de nascimento, casamento ou óbito poderão ser retificados pelos funcionários do cartório com autorização do Ministério Público. A simplificação é proposta pelo PLC 44/09, aprovado pela CCJ na semana passada.

ESTATUTO DA TERRA

A CCJ aprovou alteração, proposta pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), no Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), para corrigir distorção entre os termos arrendador (aquele que oferece alguma coisa em arrendamento) e arrendatário (aquele que toma alguma coisa em arrendamento).

CAS cria Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas

O Brasil deverá criar, a exemplo do que já existe em outros países, um Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, onde constarão as características físicas e dados pessoais de todos cujo desaparecimento tenha sido registrado pela polícia.

O projeto (PLC 60/09), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), diz que a manutenção do cadastro será custeada com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Para evitar que o projeto voltasse à Câmara dos Deputados e tivesse atrasada a sua transformação em lei, o relator Lobão

Filho (PMDB-MA) não incluiu emenda que obrigava as emissoras públicas de rádio e TV a veicular as informações do cadastro durante cinco minutos diários. Como explicou, isso já acontece voluntariamente e de maneira sistemática.

De todo modo, por sugestão do senador Flávio Arns (PSDB-PR), a presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), enviará a todas as emissoras um apelo para que ajudem na tarefa de encontrar os desaparecidos constantes do cadastro.

A proposta segue para a Comissão de Direitos Humanos, em decisão terminativa.



Lobão Filho (com Rosalba Ciarlini) preferiu rejeitar emendas ao projeto para evitar outro exame pela Câmara e maior atraso na aprovação da lei

Professores ganham programa de prevenção contra doenças da voz

Os professores da rede pública vão poder realizar exames preventivos e tratamentos de recuperação de problemas de voz, tão comuns em sua atividade. É o que define o projeto (PLC 11/09) aprovado pela CAS na semana passada, sugerindo que o governo federal crie o Programa Nacional de Saúde Vocal. O texto ainda precisa ser votado no Plenário antes de virar lei.

O programa oferecerá aos professores da rede pública de ensino medidas contra alterações nas cordas vocais, na faringe e

na laringe. Os exames seriam realizados por médicos e fonoaudiólogos com experiência comprovada na área da voz.

Além dos programas de recuperação com atendimento fonoaudiológico para os profissionais, a equipe deverá, em casos de constatação de lesões, analisar a necessidade de redução da carga de trabalho em sala de aula. Também será discutida a hipótese de transferência do professor para outras funções que não exijam uso da voz por tempo prolongado.

projetos aprovados

De 19 a 23 de outubro

Plenário

Vão à promulgação

- ➔ **PDS 657/09** – Acordo com o Paquistão para combate à produção, consumo e tráfico de drogas.
- ➔ **PDS 397/09** – Acordo com o Panamá sobre serviços aéreos.
- ➔ **PDS 480/09** – Adoção de emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo.
- ➔ **PDS 508/09** – Acordo com a Nicarágua sobre atividades remuneradas de dependentes de pessoal diplomático.
- ➔ **PDS 531/09** – Acordo com os EUA para programas educacionais.

CCJ

- ➔ **PLC 44/09** – Prevê a retificação

de erros em registro civil. À sanção

- ➔ **PLS 363/08**, do senador Expedito Júnior (PSDB-RO) – Possibilita decretar a indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido. Vai à Câmara.
- ➔ **PLS 545/07**, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) – Substitui, no Código Civil, "sociedade mercantil" por "sociedade empresária". Vai à Câmara.

CI

- ➔ **PLS 504/07**, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – Estabelece medidas para redução do consumo de água. Vai à Câmara.

CRA

- ➔ **PLC 135/09** – Disciplina rastreabilidade das carnes de bovinos e de búfalos. Vai à sanção.

comissões

Política de saneamento deve estimular a economia de água

Medidas para redução do consumo de água, por meio de educação ambiental e de fomento à pesquisa e uso de equipamentos sanitários para preservação desse recurso, são o conteúdo de proposta aprovada pela Comissão de Infraestrutura (CI).

O substitutivo de Gilberto Goellner (DEM-MT) ao PLS 504/07, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), prevendo medidas que levem à moderação do consumo de água altera as diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei 11.445/07), incluindo

inciso que determina o estímulo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores dos recursos hídricos.

Também foram adicionados dois novos objetivos à Política Federal de Saneamento Básico: o incentivo à adoção de equipamentos sanitários que contribuam para a redução do consumo de água e a promoção da educação ambiental voltada para a economia de água. Caso não haja recurso para o Plenário, o texto segue para a Câmara.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A Câmara deverá votar a criação da política e do fundo brasileiros de mudanças climáticas (PL 3.535/08 e PL 5.145/09) a tempo de apresentá-los na convenção mundial sobre o tema, que ocorrerá em Copenhague (Dinamarca), em dezembro. O anúncio foi feito pelo relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, deputado Colbert Martins (PMDB-BA).

SEMINÁRIO

A Comissão de Meio Ambiente aprovou a realização de um seminário em 4 de novembro para subsidiar a elaboração do documento com a posição oficial do Congresso a ser levada à 15ª Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que acontecerá em dezembro na Dinamarca. O seminário será organizado em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

ambiente legal

Europa promete redução de CO²

Os países da União Europeia (UE) concordaram na quarta-feira em reduzir, até 2050, as emissões de dióxido de carbono (CO²) entre 80% e 95% em relação aos níveis de 1990, desde que outras nações assumam o mesmo compromisso.

O bloco nunca havia mencionado uma meta tão clara para esse prazo. A UE também reafirmou sua disposição de, até 2020, diminuir entre 20% e 30% a liberação de gases causadores do efeito estufa.

Emissões de gases aumentam 1%

A ONU informou que as emissões de gases causadores do efeito estufa aumentaram 1% no mundo de 2006 para 2007. Para Yvo de Boer, secretário-executivo da

Convenção-Quadro da ONU para Mudanças Climáticas, isso mostra "a urgente necessidade de um acordo amplo, justo e eficaz em Copenhague".

Recifes valem US\$ 172 bilhões/ano

O economista ecológico Pavan Sukhdev afirma, em artigo na revista *New Scientist*, que os recifes de corais proporcionam ao mundo uma economia de US\$ 172 bilhões de dólares por ano. Ele calcula que um

hectare de corais vale até US\$ 1,2 milhão por ano, devido ao retorno econômico da pesca e de outros serviços e também pelo papel que os corais exercem ao proteger a costa de tempestades.

"Se emissão não baixar, corais morrerão"

Sukhdev informa que 500 milhões de pessoas dependem dos recifes para obter comida e adverte que "a não ser que os negociantes em Copenhague

concordem em limitar as emissões de dióxido de carbono a 350ppm (partículas por milhão), eles irão decretar a morte dos recifes."

Nos EUA, população adere à reciclagem

A população aderiu em massa à lei que torna obrigatória a reciclagem e a compostagem do lixo na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, com multa de US\$ 500 para quem desobedecer.

A quantidade de resíduos destinados à compostagem aumentou de 400 para 500 toneladas por dia e lixeiras verdes foram distribuídas para recolher os restos de comida.

Aprovado novo sistema para rastrear bovinos

Regras propostas visam aperfeiçoar os controles para garantir que animais e seus derivados possam ser identificados em qualquer etapa da produção

Proposta que conceitua e disciplina o rastreamento da carne de boi e de búfalo ao longo da cadeia produtiva foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Agricultura (CRA). A medida permitirá o monitoramento de um animal ou grupo de animais durante todos os estágios da sua vida, bem como seguir os produtos derivados das carnes por todas as fases de produção, transporte, processamento e distribuição.

O principal objetivo do projeto (PLC 135/09) é aperfeiçoar os controles e garantir a saúde dos animais e a saúde pública. O relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), lembrou que a exigência de rastreabilidade feita pela União Europeia já provocou embargos às exportações de carne brasileira. O senador observou ainda que Japão e Estados Unidos tendem a exigir mecanismo de controle semelhante, "em um futuro não muito longínquo".

– Não obstante vários estados brasileiros serem livres de riscos sanitários, as falhas na rastreabilidade, ou mesmo a falta de confiança no sistema atual, constituíram pretexto para embargo às exportações brasileiras – afirmou o relator.

De acordo com a proposta, os agentes que integram a cadeia produtiva ficam responsáveis, em relação à etapa de que participam, pela guarda dos registros fiscais de movimentação e comercialização de animais e de produtos de origem animal por um prazo de cinco anos.

Ibero-americanos terão direitos previdenciários

Os trabalhadores vindos dos países da América Latina, de Portugal e da Espanha poderão contar com o sistema previdenciário brasileiro, assim como os brasileiros que vivem nesses países poderão ter acesso ao sistema de previdência local. É o que determina a Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, aprovada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Os estrangeiros beneficiados estarão sujeitos às mesmas obrigações e terão os mesmos direitos que os cidadãos do país em que residem. Os benefícios abrangem invalidez, acidentes de trabalho e doenças profissionais e não está incluída a aposentadoria por tempo de contribuição. O projeto (PDS 816/09) segue agora para apreciação do Plenário, onde será votado em regime de urgência por solicitação de Eduardo Suplicy (PT-SP), que considera importante sua aprovação antes da 19ª Cúpula Ibero-Americana, a ser realizada em novembro em Estoril, Portugal.

Juiz poderá reter bens de servidores foragidos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta que permite ao juiz, expressamente, decretar a indisponibilidade de bens de funcionários públicos sob investigação ou acusados de enriquecimento ilícito que estiverem foragidos. O projeto (PLS 363/08), de Expedito Júnior (PSDB-RO), altera a Lei 8.429/92, que já prevê a indisponibilidade dos bens, mas ela deve ser pedida ao Ministério Público pela autoridade responsável pelo órgão. O senador argumenta que a lei não tem alcançado alguns casos de enriquecimento ilícito, principalmente quando há fuga do agente, e contribuirá também com a investigação policial, já que muitas pessoas foragidas da Justiça e com alto poder aquisitivo têm a sua prisão decretada, mas não são localizadas.

– A medida de indisponibilidade sufocará o foragido, impedindo-o de desvirtuar os recursos financeiros em seu poder e impelindo-o a se entregar à Justiça – afirma o autor. Valdir Raupp (PMDB-RO) foi o único a se abster por considerar que a matéria é inconstitucional.



JOSÉ CRUZ

Ao lado de Augusto Botelho, o relator do projeto, Goellner (D), diz que um sistema eficiente de rastreamento pode impedir embargo à carne brasileira

presidência

Sarney: Senado reduzirá estrutura em 40%

Presidente do Senado também anunciou que até 3 de novembro estará pronto projeto de reforma administrativa da Casa encomendado à FGV

Até 3 de novembro estará pronto o projeto de reforma administrativa encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), anunciou o presidente do Senado. José Sarney afirmou ainda que a máquina administrativa da Casa será reduzida em 40%.

– Há uma divergência entre o que pensa a Casa e o que pensa a fundação. Eu dei um prazo de dez dias para que sejam compatibilizadas essas opiniões – disse ele na sexta-feira. Segundo Sarney, o projeto já foi analisado pelo Conselho de Administração, e deve agora ser encaminhado à

Mesa e depois ao Plenário.

A reforma administrativa será tema de debate na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle (CMA) nesta terça-feira. Foram convidados o 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), e o diretor-geral, Haroldo Tajra.

A Secretaria Especial de Comunicação (Secs) e a Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado divulgaram na sexta-feira nota de esclarecimento sobre matérias publicadas no mesmo dia pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

1 Hora extra e ponto diário

a) A atual Mesa diretora vem se empenhando para dar nova regulamentação a diversos procedimentos administrativos. Desde 1º de maio de 2009 é feito o registro eletrônico de horas extras, conforme o Ato 6/09.

b) O gráfico divulgado pelo próprio *Correio Braziliense* mostra que, desde 2003, os recursos destinados às horas extras atingiram seu menor patamar em 2009, quando o pagamento de horas extras deverá ser R\$ 13 milhões a menos do que em 2008.

c) A Mesa diretora já determinou estudos ao Prodasen para implantar o reconhecimento biométrico no controle das horas extras.

d) No prazo de 150 dias, incluindo a licitação, deverá estar concluído o processo de aquisição de equipamentos e do cadastramento das digitais dos servidores.

e) A implantação de um registro diário de ponto depende de estudos ainda em andamento. Para tanto, deve ser levada em consideração a necessidade de um sistema flexível de registro de presença, uma vez que o Senado tem uma jornada peculiar no que diz respeito ao seu funcionamento, com diversos setores desenvolvendo atividades de

forma ininterrupta.

2 Atos não publicados

a) O presidente José Sarney determinou a instalação de sindicância e a anulação de todos os 663 atos.

b) Desses, constatou-se que 152 (23%) haviam sido publicados.

c) A Mesa diretora instalou comissão de sindicância e abriu inquérito administrativo para a punição dos culpados.

d) O relatório de todas as medidas administrativas adotadas sobre o fato, finalizado em 30 de setembro, foi enviado ao Ministério Público e demais órgãos competentes.

e) Após exame individual de cada situação resolveu-se pela convalidação de 204 atos, aproximadamente 31%.

f) Os atos regularizados não representam lesão ao interesse público.

g) Em 7 de julho a Comissão Diretora editou o Ato 9/09, que regulamentou a publicação de todos os atos administrativos do Senado, o que sanou a lacuna normativa que havia até então.

3 Revogação da licitação de serviços gerais e limpeza

a) O presidente não desconhecia o fato de que, uma vez que venceu a licitação a mesma empresa que já prestava os referidos serviços, todos os respectivos funcionários seriam demitidos para a contratação de outros, mais novos, inexperientes e com salários inferiores. O Senado correria o risco de responsabilidade subsidiária por eventuais ações trabalhistas.

b) Nova licitação será efetuada.

4 Terceirização

a) Já houve economia de R\$ 19 milhões nas licitações de três contratos de terceirização referentes à comunicação social, vigilância e limpeza.

b) O Senado está agindo de forma pró-ativa ao realizar recadastramento de seus recursos humanos. Após a sua finalização, que se dará no dia 27 de outubro, a Comissão Diretora poderá adotar as medidas necessárias.

c) O Senado vem cumprindo a Súmula 13 do Conselho Nacional de Justiça no tocante à questão do nepotismo.

5 Apartamentos funcionais

a) A ocupação respeita a legislação vigente e sua regulamentação, especialmente o Ato 9/03.

6 Reestruturação do Senado

a) O Senado entrou em reestruturação no início de 2009.

b) O processo demanda amplo debate, envolvendo rigoroso estudo da FGV e contribuições dos servidores e unidades administrativas do Senado.

c) O processo já incluiu a entrega de um relatório preliminar pela FGV; a abertura de consulta pública onde foram coletadas mais de 450 sugestões de servidores, sistematizadas por uma comissão específica; um segundo relatório oferecido pela consultoria; e a avaliação desse documento pelo Conselho de Administração, que não se reunia havia mais de 14 anos.

d) O documento será avaliado pela Mesa diretora, pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário.



Sarney durante recepção oferecida pelo núncio apostólico do Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, para celebrar aprovação do estatuto jurídico da Igreja Católica no país

Acordo com a Santa Sé é comemorado com recepção em Brasília

O presidente do Senado, José Sarney; os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Marco Maciel (DEM-PE), Romeu Tuma (PTB-SP), Gerson Camata (PMDB-ES), Augusto Botelho (PT-RR) e Fernando Collor (PTB-AL); e o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) participaram de recepção oferecida pelo núncio apostólico, dom Lorenzo Baldisseri, comemorando a ratificação do acordo com a Santa Sé que aprovou o estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil.

Rabino manifesta preocupação com visita de Ahmadinejad

José Sarney recebeu o grão-rabino asquenazi de Israel, Yona Metzger, que veio manifestar a preocupação da nação judaica com a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, marcada para o próximo mês. “Para nós, israelenses, é muito triste saber que o Brasil vai receber um homem que já disse publicamente que quer destruir nosso país, depois de negar o Holocausto. Seria importante que o presidente Lula adiasse a visita”, afirmou o rabino.

TOFFOLI TOMA POSSE COMO MINISTRO DO STF

José Sarney participou da solenidade de posse de José Antônio Dias Toffoli como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira. Toffoli ocupa o lugar deixado por Carlos Alberto Menezes Direito, falecido em 1º de setembro. Pela manhã, o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Adams, assumiu o cargo de advogado-geral da União, no lugar de Toffoli.

Não recadastrados serão afastados, diz Sarney

Se houver funcionário-fantasma no Senado, providências serão tomadas para que este deixe de receber salário e seja afastado. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, que esclareceu informação divulgada pela imprensa de que cerca de 800 funcionários não responderam ao recadastramento de pessoal promovido pela administração da Casa.

– Parece que não são 828 os servidores que não responderam

ao recadastramento. Alguns erraram no computador na hora de confirmar o envio de informações – disse Sarney.

A Diretoria Geral reabriu o sistema de recadastramento até as 24 horas desta segunda-feira para permitir que servidores regularizem o procedimento. Na terça-feira, será instaurada comissão de sindicância para apurar a omissão dos servidores que não se recadastraram até o dia anterior.

homenagem

Sessão solene homenageia Força Aérea

O Congresso Nacional homenageou o Dia da Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviador, celebrados em 22 e 23 de outubro. O pedido para a sessão solene foi feito pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos parlamentares que participaram da homenagem, defendeu “como prioridade nacional” o reequipamento das Forças Armadas brasileiras.

Marco Maciel (DEM-PE) enalteceu o papel que as Forças Armadas desenvolvem na área científica e tecnológica, a exemplo do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP). Eduardo Azeredo (PSDB-MG) citou “a excelência do ensino ministrado

pela Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Epcar), localizada em Barbacena (MG)”.

Romeu Tuma (PTB-SP) destacou o trabalho do Correio Aéreo Nacional (CAN) na integração do país e na ajuda às populações que habitam regiões mais distantes, como a Amazônia.

Na última sexta-feira, o presidente do Senado, José Sarney, participou da cerimônia comemorativa do Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira na Base Aérea de Brasília. Sarney assistiu à entrega de medalhas da Ordem do Mérito Aeronáutico. Foram condecorados os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Ideli Salvatti (PT-SC) e Valdir Raupp (PMDB-RO), além da secretária-geral da Mesa do



O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos (E); José Sarney; o vice-presidente, José Alencar; e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, na comemoração do Dia do Aviador, em Brasília

Senado, Claudia Lyra Nascimento.

Aeronaves mais modernas para a FAB

A FAB tem passado por uma reformulação, substituindo aeronaves antigas por outras mais modernas. Em setembro,

o governo brasileiro assinou acordo de cooperação militar com a França que inclui a aquisição, entre outros equipamentos, de helicópteros. Também está em negociação com empresas da França, dos Estados Unidos e da Suécia a compra de 36 aviões de combate.

institucional

Acervo do Senado mais visível na internet

Biblioteca da Casa adere nesta terça-feira ao maior e mais respeitado catálogo internacional que permite buscas pelo Google e outros mecanismos

A Biblioteca do Senado anuncia nesta terça-feira, às 19h, a sua integração ao Catálogo Internacional Coletivo de Registros Bibliográficos, o WorldCat, a maior rede global de bibliotecas. A iniciativa implica a adoção de um pacote tecnológico moderno, aceito internacionalmente, que, entre outras vantagens, vai dar visibilidade completa ao acervo do Senado, já que os documentos que compõem o catálogo mundial ficam expostos para pesquisas pelos mais populares mecanismos de busca pela internet, como o Google e o Yahoo.

O WorldCat utiliza a internet como forma de conexão entre as coleções de diversas bibliotecas, compartilhando serviços, dados e recursos, racionalizando fluxos de trabalho e melhorando a performance. Por meio dele é possível identificar e localizar com maior eficiência a

instituição que possui o material requerido pelos usuários. A Biblioteca do Senado é a segunda da América do Sul a oferecer seu acervo no WorldCat (a outra é a Biblioteca Nacional do Chile).

Segundo a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, a iniciativa faz com que a instituição se mantenha atualizada, de acordo com as exigências da sociedade da informação.

“Não se pode pensar em informação que não esteja em rede”

– Não se pode pensar hoje em informação – e, conseqüentemente, em biblioteca – que não esteja em rede. No mundo globalizado é fundamental conhecer quem faz o que, onde e como.

É impossível propor um projeto de lei sem saber qual a sua repercussão e o seu impacto, o que já pode estar registrado em experiências em outros locais do mundo – analisa.

Além disso, com a integração ao WorldCat, se alguém no exte-

ANA VOLPE/JS



Funcionária digitaliza obra da coleção da biblioteca: 340 das 6,5 mil obras raras estarão na internet a partir desta terça

Primeira fase da digitalização das obras raras inclui *Novus orbis*

Simultaneamente a sua integração ao WorldCat, a Biblioteca do Senado vai oferecer na internet a parte mais valiosa de seu acervo: inicialmente, 340 das 6,5 mil obras raras da sua coleção do Senado foram digitalizadas e estarão disponíveis em formato eletrônico a partir de terça-feira. Estão incluídos livros sobre a história do Brasil, o Senado, as constituições, os governos brasileiros, a escravidão e a Guerra do Paraguai.

No grupo, estão as primeiras edições de livros dos séculos 17 ao 20, num total de 60 mil páginas digitalizadas. As obras *Novus orbis* (1633), que traz a descrição, inclusive em mapas, da América, o novo continente (veja o quadro); *Ao imperador (1865)* e *Ao povo (1866)*, de José de Alencar; *A Constituição política do Império do Brasil (1824)*; *Homenagem ao patriótico Mi-*

nistério Dantas, de Rui Barbosa (1884), sobre a emancipação dos escravos; e a *Convenção de 20 de fevereiro...* (1865), do Visconde do Rio Branco, são algumas das obras que se destacam.

A escolha para digitalização partiu de uma seleção inicial de 2 mil obras valiosas ou raras. Em seguida, o historiador e consultor legislativo do Senado Marcos Magalhães escolheu não apenas raridades, mas também obras representativas para ilustrar as diversas fases da história do Brasil e do Parlamento.

– Nesse primeiro lote está o que pode ser considerado de mais valioso e exclusivo do Senado – afirma a diretora da Biblioteca da Casa, Simone Vieira, anunciando que na próxima etapa serão digitalizadas revistas do modernismo brasileiro como *Klaxon* e *Revista de Antropofagia*, ambas da década de 1920.

“Primeira grande obra sobre o Brasil” em formato digital

Para marcar o início da digitalização do acervo de obras raras, a Biblioteca do Senado preparou um DVD com o conteúdo integral, inclusive com animações, do livro *Novus orbis*, publicação de 1633, considerada um dos primeiros relatos minuciosos publicados sobre o Brasil.

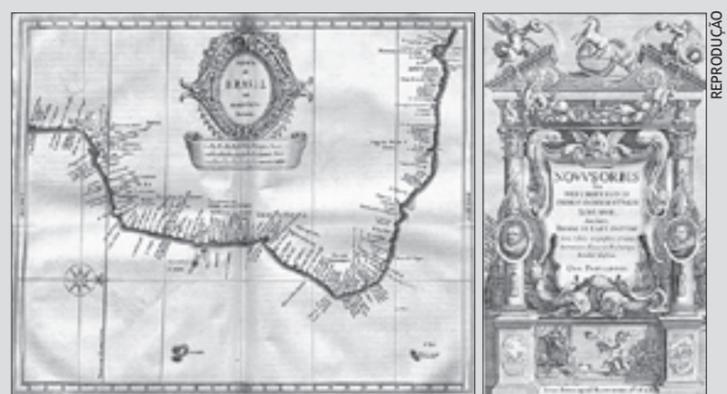
O livro, do belga Joannes de Laet, foi produzido pela Companhia das Índias Ocidentais, que, naquela época, buscava conhecimento sobre as Américas como parte do projeto colonialista dos holandeses. Parte

desse processo era a produção de conhecimento sobre regiões dominadas ou anexadas, sua descrição e mapeamento, a fim de facilitar a conquista.

Fruto de expedições por terra e mar, a terceira edição da obra, escrita em latim, traz informações sobre as etnias, a botânica e a geografia de todo o continente, desde a Patagônia até o Canadá. Os animais, plantas e indígenas são descritos, inclusive com ilustrações.

Criada em 1621, a companhia tinha o monopólio do comércio da

Holanda com as Américas. Entre seus objetivos, estava ampliar a conquista de áreas no novo continente. Garantir o domínio sobre terras portuguesas nas Américas era uma das metas da Companhia, tendo em vista que, entre 1580 e 1640, Portugal estava sob domínio espanhol. Foi assim que a Holanda manteve domínio sobre Pernambuco por três décadas, a partir de 1630. Nesse período, fez grandes investimentos para consolidar uma base de operações na América para controlar o transporte de mercadorias para a Europa.



A costa brasileira está representada no histórico livro do belga Joannes de Laet

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shesharenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado:

Haroldo Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Câncer infantil: diagnóstico precoce aumenta cura em 80%

O programa *Inclusão*, da TV Senado, traz no próximo sábado uma série de reportagens sobre a doença responsável pelo maior número de mortes de crianças e jovens de um a 19 anos

O programa *Inclusão*, da TV Senado, exibe um conjunto de reportagens sobre a doença responsável pelo maior número de óbitos de crianças e jovens de um a 19 anos no país – o câncer. A três semanas do Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil (23 de novembro), o programa faz um alerta aos pais e aos profissionais da saúde sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer infantil.

O tema do programa – “Câncer infantil: o caminho para a cura” – foi inspirado em audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em que senadores e convidados debateram as políticas públicas de combate ao câncer infantil, e traz depoimentos de oncologistas, pediatras, hematologistas e psicólogos sobre os tipos de câncer mais frequentes em crianças e jovens. Os especialistas também explicam as formas de tratamento. De acordo com índices divulgados pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), as chances de cura aumentam 80% quando a doença é detectada no início. Segundo pesquisa da instituição, anualmente quase 10 mil



Inclusão traz histórias de crianças como Enzo Botinelly (com seu pai, Helton de Castro), em tratamento em Brasília

crianças e jovens contraem a doença. Nesse universo de pacientes, a leucemia é o câncer mais comum, com 29% dos casos, e também o que apresenta maiores chances de tratamento. Para combater essa e outras formas da doença, a quimioterapia é o procedimento mais indicado.

A equipe do *Inclusão* visitou alguns hospitais especializados e instituições que prestam

atendimento aos pacientes. O programa mostra ainda a mobilização de entidades civis que buscam ajudar a salvar a vida de crianças carentes. São grupos reconhecidos no Brasil e no exterior pela excelência do seu trabalho que prestam, como a Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace), a Sociedade Brasileira de Oncologia

Pediátrica e o Instituto Ronald McDonald. A atração conta ainda com a participação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O Senado e o controle da violência no Brasil

As violentas ações dos traficantes no Rio de Janeiro, que chegaram a derrubar um helicóptero da Polícia Militar, alarmaram a sociedade brasileira. O tema preocupa o Senado e este ano foram apresentadas diversas propostas para combater o crime organizado. Por que as grandes cidades brasileiras possuem níveis de criminalidade que provocam um número de mortos e feridos que chega a superar os de países em guerra? O que pode ser feito? Como o Senado pode contribuir? Essas e outras questões serão debatidas no programa *Entrevista Especial* desta segunda-feira.

Entrevista Especial

Senado FM e OC
26/10, segunda-feira, às 12h
Internet: 26/10, segunda-feira

Jogos serão mesmo bons para economia do Rio?

A escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016 alimenta perspectivas de desenvolvimento da cidade e do país. Por outro lado, a experiência de municípios que já sediaram os jogos mostra que há um lado negativo: especulação imobiliária, déficit público e outros. Para debater os possíveis reflexos dos jogos na economia do Rio, o *Senado Economia* entrevista o economista Marcelo Proni, professor da Unicamp, e o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da Lei do Ato Olímpico e entusiasta dos efeitos econômicos dos jogos.

Senado Economia

Senado FM
26/10, segunda-feira, às 7h30
Internet: segunda-feira, 26/10



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (40), Manaus (57), Natal (52), Recife (55), Rio de Janeiro (49 e 64) e Salvador (53).
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17).
UHF: Brasília (canais 36 e 51), Fortaleza (43), João Pessoa

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m
PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Despreparo

"Solicito aos senadores que criem projetos de lei que proíbam o gerenciamento das secretarias de Saúde por pessoas leigas, despreparadas, que não possuem conhecimento técnico para assumir tão grande responsabilidade. Na saúde, não falta apenas dinheiro, mas gerenciamento técnico."

Lindcey Pereira de Araújo, de Canindé (CE)

Estágio

"Desde que a Lei do Estágio entrou em vigor, em setembro de 2008, o número de novas vagas para estagiários caiu em 40%. O principal motivo é a dificuldade de as empresas compreenderem e se adaptarem às novas regras, que criam benefícios e impõem limitações. As dificuldades das empresas para seguir a nova regulamentação – e dos estudantes para conseguir colocação – são consequências da falta de transparência. A lei não foi discutida com representantes dos empresários, dos trabalhadores ou dos estudantes. É preciso flexibilizar a lei, a partir da discussão com a sociedade. Urge uma reavaliação de maneira democrática, com a participação de todos os interessados."

Fábio Tavares, do Rio de Janeiro (RJ)

Lucidez

"Gostaria de viver em um país em que a hipocrisia fosse substituída pela lucidez de ideias e atitudes. O nosso país é lindo e merece isso de todos nós. Infelizmente, ainda se condena um pobre trabalhador rural volante que esteja cortando uma árvore, a mando de outro, e nada se faz contra o proprietário de latifúndios."

Carlos Antônio Roque, de Campos Gerais (MG)

Transplante

"Mesmo com a precariedade da rede pública de saúde, o trabalho do Incor tem sido satisfatório. O Brasil

está superando suas expectativas em relação aos transplantes de coração."

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

Informalidade

"O povo brasileiro tem sofrido muito nos últimos anos: o desemprego subiu, a inadimplência elevou-se, a fome e a violência batem recordes e pouca coisa melhora. Precisamos de governantes que pensem e ajam mais com relação aos problemas sociais, pois as pessoas já não aguentam mais. Uma triste realidade é que 40% dos brasileiros vivem na informalidade, gerando um verdadeiro caos econômico. Nossos últimos governos tentaram, mas ainda não conseguiram diminuir esse terrível sofrimento."

Adriano Henrique Oliveira, de Caruaru (PE)

Educação

"A educação é o principal instrumento para tirar um país do atraso. Os governantes deveriam demonstrar mais interesse pela educação e valorizar principalmente seus profissionais. Sugiro a adoção de medidas como pagar o piso salarial nacional, capacitar os professores nas novas tecnologias pedagógicas do saber, selecionar profissionais comprometidos com a tarefa de fazer a diferença na educação e formar cidadãos críticos como estudantes proficientes capazes de saber que o Brasil é nossa pátria e que devemos cuidar dela. Dessa forma, a nação se tornará um país de Primeiro Mundo."

Flávio de Jesus Lima, de Coração de Jesus (MG)

Violência

"A situação do Brasil é vergonhosa, pois a segurança do país está entregue aos traficantes. Os senadores deveriam olhar para as necessidades dos brasileiros. As eleições estão chegando e o povo dará uma resposta de indignação nas urnas."

José Wilson Marinho da Silva, de Eunápolis (BA)

frases



O novo desafio é destruir o poder de fogo do crime organizado, antes que se destrua a boa imagem que foi competentemente construída

Valter Pereira, cobrando ação contra a violência tão efetiva como a do lobby pelas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.



GERALDO MAGELA

Por contingências da MP [já transformada em lei], os produtores não podem exercer o direito pleno de propriedade. Eles só podem desmatar 20% de suas terras

Oswaldo Sobrinho, ao criticar a Lei 11.952/09, originária da MP 458/09, que exige preservação de 80% da área nativa das propriedades rurais da Amazônia.

Essas alianças permitirão à candidatura de Dilma [Rousseff] um tempo de televisão que nenhuma outra candidatura teve na história recente do país

Aloizio Mercadante, sobre possíveis adesões de vários partidos.

Eles não têm um lugar no mundo dos brancos e não têm um lugar no mundo dos índios

Marina Silva, sobre o povo guarani-cayowá.

Todos nós temos que estar convencidos de que não aumentarmos em mais de 2°C a temperatura da Terra em relação à era pré-industrial até o final deste século é de suma importância, é fundamental para que possamos ter um planeta em condições de manter a vida

Ideli Salvatti, ao dizer que na conferência em Copenhague os países têm de se comprometer a reduzir a emissão de gás carbônico.

Fantasma, se tiver, vamos exorcizar todos

José Sarney, sobre servidores do Senado que não teriam se recadastrado.



J. FREITAS

Ou cuidamos da criança no primeiro ano de vida, ou teremos perdido um momento fundamental

Flávio Arns, sobre a importância dos primeiros anos na formação da pessoa.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

"Gostaria de saber se a área de saúde está preparada para a Copa de 2014."

Ester Benedita da Silva, do Rio de Janeiro (RJ)

Melhoria na saúde exige mais investimento

O senador **Marcelo Crivella (PRB-RJ)** responde: Não estamos preparados para hoje, para o dia a dia, pois faltam recursos. Mas o governo Lula tem se preocupado com essa área como nunca. A PEC 29/09 aumentou os recursos do governo federal para a saúde nos estados e fez com que os governadores cumprissem o percentual constitucional, que não vinham cumprindo. Por exemplo, descontavam a merenda escolar dos repasses para a saúde, uma forma de maquiagem a lei. No Rio de Janeiro, o governo está fazendo grandes investimentos, como o Instituto de Traumatologia-Ortopedia, e reequipando hospitais públicos de referência. O governo federal tem feito ainda parceria com o estado para a criação das unidades de pronto atendimento.

Com informações da TV Senado

Mas falta muito a fazer. Você deve lembrar que o presidente Lula fez uma intervenção na saúde do Rio de Janeiro. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica atenderam as pessoas na rua, em barracas. Perdemos na Justiça porque o prefeito à época, César Maia, entrou no Supremo e acabou tomando de volta alguns hospitais que foram federalizados, como o Souza Aguiar, que continua numa situação péssima. Mas o hospital da Lagoa, o de Ipanema e outros que foram federalizados melhoraram muito. A melhor coisa é a gente se indignar, não ficar satisfeito, reclamar e lutar por mais melhorias.



GERALDO MAGELA

Direito ao silêncio e ao sossego

Ao contrário do que possa parecer, a tão popular “Lei do Silêncio” está longe de ser um conjunto consolidado de regras para proteger o cidadão da poluição sonora, mal

que cresce na mesma medida que os centros urbanos. À exceção de algumas leis estaduais e municipais, essas regras estão pulverizadas em pelo menos três dispositivos legais de

abrangência nacional. Mesmo sem lei federal, o bom senso continua sendo a melhor alternativa para resolver o problema. Conheça as principais normas jurídicas que tratam do assunto.

Conversas e leis são o caminho para reduzir o barulho

É praticamente impossível encontrar alguém que nunca tenha sido perturbado por som alto, gritos ou qualquer comportamento de um vizinho que lhe tire o sossego. Quando o caso ocorre em um condomínio, a solução parece fácil se as regras do local preveem sanções aos condôminos infratores, como imposição de multas e (ou) advertências. No entanto, para evitar constrangimentos posteriores entre vizinhos, a melhor ati-

tude a ser tomada inicialmente é sempre tentar uma conversa amigável.

A ideia de que qualquer tipo de som é permitido de 8h às 22h não está amparada em nenhuma das normas jurídicas federais sobre o assunto no país. A mais antiga delas, a Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41), não menciona nenhum horário para a perturbação da pessoa, de seu trabalho ou sossego. A lei enumera como pode

ser dada essa perturbação: com gritaria ou algazarra, exercendo profissão incômoda ou ruidosa, abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos e provocando ou não tentando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda.

O capítulo sobre os direitos de vizinhança do Código Civil (Lei 10.406/02) determina que as pessoas têm o direito de interromper interferências prejudi-

ciais à segurança, ao sossego e à saúde provocadas por vizinhos. E o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) tem duas resoluções sobre o assunto. A Resolução 1/90 fixa critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive de propaganda política. Já a Resolução 2/90 cria o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora.

Legislações locais impõem limites a ruídos

No Distrito Federal, a Lei 4.092/08 proíbe carros de som em áreas estrita ou predominantemente residenciais ou de hospitais, bibliotecas e escolas, além do uso de buzinas, sinais de alarme e outros equipamentos similares. A legislação local também determina que os ambientes internos de quaisquer estabelecimentos, no caso de atividades sonoras potencialmente poluidoras, devem receber tratamento acústico. No entanto, a lei exclui dessa obrigação os locais de natureza religiosa.

Outra medida prevista na lei, que estabelece multas de R\$ 200 a R\$ 20 mil, é que os estabelecimentos comerciais em que os níveis de pressão sonora ultrapassem 80 decibéis (dB) informem aos usuários os possíveis danos à saúde humana. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 56dB e 76dB, os ruídos causam incômodo. Entre 76dB e 85dB, podem afetar a saúde. Acima dos 85dB ou quando a exposição a eles é prolongada, podem gerar problemas psicológicos e desequilíbrio do sistema imunológico.

No Rio de Janeiro, desde 1977 a Lei 126 caracteriza como infração a produção de ruído capaz de prejudicar a saúde, a segurança ou o sossego público. Entre os ruídos descritos na lei, estão aqueles de buzinas, anúncios ou propaganda em local considerado como “zona de silêncio” e os produzidos em áreas residenciais de modo a incomodar a vizinhança. Na cidade conhecida pelas festas carnavalescas, a legislação não deixa de classificar como ruídos aqueles provocados por ensaio ou exibição de escolas de samba ou quaisquer entidades similares, no período de 0h às 7h, ficando de fora os dias de carnaval, domingos, feriados e os 30 dias que antecedem o período carnavalesco, quando o horário é livre.

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) lembra que a lei fluminense foi criada para solucionar conflitos que acabavam em muitas queixas nas delegacias. Ele avalia que foi eficaz, pois anteriormente não havia uma legislação estadual específica para solucionar os casos, que eram tratados a partir da Lei de Contravenções Penais.

Prejudicados podem recorrer a prefeituras e Ministério Público

O advogado Juliano Costa Couto, especialista em Direito Cível, explica que a quebra da norma legal referente ao direito de vizinhança é sentida mais frequentemente por aqueles que moram perto de bares, casas noturnas, igrejas e outros estabelecimentos. Ele observa que as pessoas que optam por morar em cidades grandes devem prever que estarão expostas a um nível maior de ruídos do que em lugares afastados.

– O que não pode ocorrer é o superuso da propriedade, em que há o abuso do direito de produzir ruídos e a situação foge às raízes do bom senso – diz o advogado.

O especialista ressalta que, tanto em problemas envolvendo vizinhos quanto comerciantes, o melhor é sempre tentar uma solução amigável. Mas, se o caso não for resolvido com uma boa conversa, a pessoa pode procurar a administração ou prefeitura de sua cidade e também acionar o Ministério Público por meio de uma representação.

A polícia, diz Costa Couto, pode ser chamada em situações que precisam ser resolvidas imediatamente, mas em casos entre vizinhos que se repetem com frequência o mais indicado é que aquele que se sente prejudicado pelo barulho recorra ao Judiciário com uma ação com o intuito de proibir que a pessoa extrapole os limites da convivência comum.

Quando a situação envolve comerciantes, alerta o advogado, é sempre eficaz verificar se o estabelecimento tem alvará de funcionamento e se esse documento prevê música mecânica ou ao vivo. Outra situação que pode levar a uma ação judicial é a de omissão dos síndicos. Costa Couto afirma que, se a convenção de condomínio prevê advertências e multas contra condômino que perturbe os vizinhos e o síndico se omite, o morador pode propor uma ação contra o condomínio.

Projetos criam parâmetros nacionais

PL 2.330/07, do deputado Paulo Roberto (PTB-RS), fixa o limite máximo de 65dB durante o dia e 50dB durante a noite para propagação sonora no ambiente externo das igrejas. A proposta está sendo analisada em conjunto com o PL 263/07, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que estabelece diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza. Os projetos aguardam aprovação das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de

Cidadania e, se não houver recurso para análise em Plenário, serão encaminhados diretamente ao Senado.

PL 1.024/03, do deputado Neuton de Lima (PTB-SP), define poluição sonora, ruídos, vibrações e trata dos limites de intensidade de sons e sinais acústicos, de ruídos e vibrações resultantes de atividades urbanas. O projeto já foi aprovado pelas comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e de Constituição e Justiça e aguarda análise no Plenário da Câmara.